

INGO WOLFGANG SARLET  
LUIZ GUILHERME MARINONI  
DANIEL MITIDIERO

# CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

6ª edição  
Revista e atualizada,  
incluindo novo capítulo sobre  
PARTIDOS POLÍTICOS

De acordo com o NCPC e com a Lei n. 13.300/2016

2017

ISBN 978-85-472-1446-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
**SAC** | 0800-0117875  
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

Sarlet, Ingo Wolfgang

Curso de direito constitucional / Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz  
Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero. – 6. ed. – São Paulo :  
Saraiva, 2017.1. Direito constitucional 2. Direito constitucional - Brasil I.  
Marinoni, Luiz Guilherme. II. Mitidiero, Daniel. III. Título.

16-1351

CDU 342(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)

**Presidente** Eduardo Mufarej  
**Vice-presidente** Claudio Lensing  
**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin

**Conselho editorial**

**Presidente** Carlos Ragazzo  
**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Gerente editorial** Thais de Camargo Rodrigues  
**Edição** Bruna Schilndwein Zeni

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
Luciana Cordeiro Shirakawa  
Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Guilherme H. M. Salvador  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro  
Mônica Landi  
Surane Vellenich  
Tatiana dos Santos Romão  
Tiago Dela Rosa

**Diagramação** Edson Colobone  
**Revisão** Adriana C. Bairrada

**Comunicação e MKT** Elaine Cristina da Silva  
**Capa** Casa de Ideias

**Produção gráfica** Marti Rampim**Impressão e acabamento** Prol Editora Gráfica**Data de fechamento da edição: 20-12-2016**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por  
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora  
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido  
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602699 CAE 603532

1086003

# SUMÁRIO

<i>Nota à 6.ª edição</i> .....	7
<i>Nota à 5.ª edição</i> .....	9
<i>Nota à 4.ª edição</i> .....	11
<i>Nota à 3.ª edição</i> .....	13
<i>Nota à 2.ª edição</i> .....	15
<i>Apresentação</i> .....	37
<b>PRIMEIRA PARTE</b>	
Teoria da Constituição e do Direito Constitucional .....	41
1. A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva – Dos antecedentes à afirmação do constitucionalismo moderno e do assim chamado Estado Constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	43
1.1 Considerações introdutórias.....	43
1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades.....	48
1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional.....	51
1.4 O legado da experiência constitucional na França.....	55
1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal.....	57
1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notas sobre sua formação, evolução e conteúdo	59
1.6.1 Precedentes e o desmantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista .....	59
1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949.....	62

1.6.3	A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha.....	66
2.	Classificação das constituições <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	70
3.	Estrutura, funções e conteúdo das constituições <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	79
3.1	As constituições e sua estrutura .....	79
3.1.1	Considerações de caráter geral .....	79
3.1.2	O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988 .....	79
3.1.3	Disposições constitucionais permanentes .....	85
3.1.4	Disposições constitucionais transitórias .....	86
3.2	As funções da constituição.....	88
3.3	O problema do conteúdo das constituições.....	93
4.	Conceito e características do direito constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	96
5.	Do poder constituinte e da mudança (reforma e mutação) constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	99
I –	Do poder constituinte .....	99
5.1	Notas introdutórias.....	99
5.2	O que é o poder constituinte? .....	100
5.2.1	Generalidades .....	100
5.2.2	A natureza do poder constituinte .....	102
5.2.3	Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material.....	103
5.2.4	Características do poder constituinte .....	104
5.3	Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da constituição .....	106
5.4	Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte.....	109
5.4.1	Aspectos introdutórios.....	109
5.4.2	As formas democráticas de exercício do poder constituinte .....	110
5.4.3	A revolução como forma da manifestação do poder constituinte .....	112
5.5	Limites e condicionamentos do poder constituinte?.....	116
II –	Teoria da mudança constitucional – A reforma e a mutação constitucional.....	119
5.6	Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mutação constitucional).....	119
5.7	O poder de reforma da constituição.....	121
5.7.1	Questões terminológicas.....	121
5.7.2	Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional.....	121
5.7.3	O poder de reforma na Constituição Federal de 1988 .....	123

5.7.3.1	A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição.....	123
5.7.4	Os limites da reforma constitucional.....	127
5.7.4.1	Considerações gerais.....	127
5.7.4.2	Limites formais.....	128
5.7.4.3	Limites circunstanciais.....	133
5.7.4.4	O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”).....	134
5.7.4.4.1	Natureza e significado dos limites materiais.....	134
5.7.4.4.2	Espécies de limitações materiais ao poder de reforma.....	137
5.8	A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações.....	160
5.8.1	Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional.....	160
5.8.2	Mecanismos (modos) de mutação constitucional.....	162
5.8.3	Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais.....	165
6.	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.....	168
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	168
6.1	Alguns aspectos terminológicos e conceituais.....	168
6.2	Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil.....	173
6.2.1	As posições “clássicas” e a sua gradual superação.....	173
6.3	Apreciação crítica das diferentes posições.....	182
6.4	Síntese conclusiva.....	188
7.	O problema da efetividade das normas constitucionais e da força normativa da Constituição.....	193
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	193
8.	A norma constitucional no “tempo” – Relações entre a Constituição e a ordem jurídica anterior.....	198
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	198
8.1	Considerações gerais.....	198
8.2	A Constituição e o direito constitucional anterior.....	198
8.2.1	A Constituição originária e a Constituição anterior.....	198
8.2.2	As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior.....	200
8.3	A Constituição e o direito infraconstitucional anterior.....	200
9.	A Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional – O problema da aplicação das normas constitucionais no espaço.....	204
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	204
9.1	Considerações introdutórias.....	204
9.2	Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição.....	205
9.3	O direito internacional e a Constituição Federal de 1988.....	209
10.	Linhas mestras da interpretação constitucional.....	213
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	213

10.1	Noções gerais .....	213
10.2	Princípios da interpretação constitucional.....	217
10.2.1	O princípio da unidade da Constituição .....	217
10.2.1.1	Princípio do efeito integrador.....	218
10.2.1.2	O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização”.....	219
10.2.1.3	A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição.....	220
10.2.1.4	Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional.....	221
10.2.2	O princípio da supremacia da Constituição.....	224
10.2.2.1	O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição.....	225
10.2.2.2	O princípio da força normativa da Constituição .....	225
10.2.2.3	O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição .....	226
10.2.3	O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestrição por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas “capacidades institucionais”.....	228
 <b>SEGUNDA PARTE</b>		
	O Sistema Constitucional Brasileiro .....	231
1.	O constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórico-evolutiva – Da Constituição Imperial de 1824 à assim chamada “Constituição-Cidadã” de 1988 <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	233
1.1	Os primórdios e a Carta Imperial de 1824.....	233
1.2	A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.....	237
1.3	A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.....	241
1.4	O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição “Polaca”).....	243
1.5	A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	245
1.6	A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969 .....	246
1.7	Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 .....	248
2.	Dos princípios fundamentais <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	256
I –	Notas introdutórias: função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais	256
II –	Princípios gerais estruturantes e constitucionalmente conformadores da ordem jurídico-constitucional .....	261
2.1	Princípio da dignidade da pessoa humana .....	261
2.1.1	Considerações gerais.....	261
2.1.2	Breves notas sobre a forma de positivação (reconhecimento) da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal.....	263
2.1.3	Funções da dignidade da pessoa humana na arquitetura jurídico-constitucional..	266
2.2	Princípio do Estado Democrático e Socioambiental de Direito.....	268
2.2.1	Noções gerais.....	268

2.2.2	O princípio democrático e a soberania popular.....	269
2.2.3	O princípio do pluralismo político.....	275
2.2.4	O princípio do Estado de Direito.....	276
2.2.5	O princípio do Estado Socioambiental (a conjugação da justiça social, da realização dos direitos humanos e fundamentais sociais e da proteção do ambiente).....	287
2.2.6	Princípio republicano.....	291
2.2.7	O princípio federativo.....	293
2.2.8	O princípio da sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável).....	293
III	Os objetivos fundamentais do Estado Democrático (Socioambiental) de Direito.....	296
IV	Princípios que regem as relações internacionais.....	297
3.	Teoria geral dos direitos fundamentais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	301
3.1	Considerações gerais.....	301
3.1.1	Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais?.....	302
3.2	Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais.....	305
3.2.1	Considerações preliminares.....	305
3.2.2	A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem.....	306
3.2.3	O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo.....	309
3.2.3.1	Antecedentes (o período pré-constitucional).....	309
3.2.4	As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental.....	312
3.2.4.1	Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”).....	314
3.2.4.2	O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”).....	314
3.2.5	A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”.....	316
3.2.6	Existem direitos fundamentais de quarta, quinta e sexta dimensão?.....	317
3.2.7	As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica.....	320
3.3	O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro.....	321
3.3.1	A dupla fundamentalidade em sentido formal e material.....	321
3.3.2	A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF.....	324
3.3.2.1	Noções preliminares.....	324
3.3.2.2	Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional.....	327
3.3.2.3	Direitos previstos no Título II da CF.....	332
3.3.2.4	Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional.....	333
3.3.2.5	Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos.....	337
3.3.2.5.1	Generalidades.....	337

3.3.2.5.2	O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal .....	339
3.3.2.5.3	O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional? .....	342
3.4	A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais .....	346
3.4.1	Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva .....	346
3.4.2	A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais .....	349
3.4.3	Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional .....	353
3.5	A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos? .....	356
3.5.1	Considerações gerais .....	356
3.5.2	A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal .....	357
3.5.3	O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente .....	359
3.5.4	O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida .....	362
3.5.5	Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais .....	365
3.6	A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5º, § 1º, da CF .....	367
3.7	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais .....	374
3.8	Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas .....	377
3.9	Limites e restrições de direitos fundamentais .....	381
3.9.1	Considerações introdutórias .....	381
3.9.2	O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais .....	382
3.9.3	Os limites dos direitos fundamentais .....	385
3.9.4	Limites aos limites dos direitos fundamentais .....	389
3.9.4.1	Noções preliminares .....	389
3.9.4.2	Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites .....	390
3.9.4.3	A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais .....	398
4.	Direitos fundamentais em espécie .....	402
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	402
4.1	O direito à vida .....	402
4.1.1	Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental .....	402
4.1.2	Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica .....	405
4.1.3	Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais .....	406
4.1.4	A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana .....	409
4.1.5	Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares .....	412



4.1.6	O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo .....	412
4.1.6.1	Considerações gerais.....	412
4.1.6.2	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida .....	413
4.1.7	Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos	415
4.1.7.1	Considerações gerais.....	415
4.1.7.2	Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares .....	416
4.1.7.3	A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez .....	418
4.1.7.4	O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia.....	420
4.2	O direito à integridade física e psíquica.....	424
4.2.1	Considerações gerais.....	424
4.2.2	Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos ..	424
4.2.3	O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal.....	425
4.2.3.1	Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais.....	425
4.2.3.2	A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica.....	426
4.2.3.3	Titulares e destinatários .....	428
4.2.3.4	Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo .....	428
4.2.3.5	O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante, incluindo a proibição das penas cruéis .....	431
4.3	Demais direitos à identidade e integridade pessoal – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade .....	434
4.3.1	Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional.....	434
4.3.1.1	Considerações gerais.....	434
4.3.1.2	Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras	437
4.4	O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade .....	438
4.5	Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade.....	441
4.6	O direito à vida privada (privacidade e intimidade).....	445
4.6.1	Considerações gerais.....	445
4.6.2	Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada .....	446
4.6.3	Limites e restrições.....	449
4.7	A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário.....	450
4.8	Inviolabilidade do domicílio .....	455
4.8.1	Notícia histórica e generalidades .....	455
4.8.2	Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal .....	456
4.8.3	Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal .....	457

4.9	A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral.....	465
4.10	Proteção dos dados pessoais.....	471
4.11	Os direitos à honra e à imagem.....	476
4.11.1	Considerações gerais.....	476
4.11.2	O direito à honra.....	477
4.11.3	O direito à (própria) imagem.....	480
4.12	Direitos de liberdade.....	484
4.12.1	Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais.....	484
4.12.2	Liberdade de expressão.....	490
4.12.2.1	Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional.....	490
4.12.2.2	A liberdade de expressão na Constituição Federal.....	493
4.12.3	Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa).....	512
4.12.3.1	Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira.....	512
4.12.3.2	A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988.....	516
4.12.4	Liberdade de locomoção.....	523
4.12.4.1	Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro.....	523
4.12.4.2	A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita.....	525
4.12.5	A liberdade de locomoção na Constituição Federal.....	526
4.12.5.1	Considerações gerais.....	526
4.12.5.2	Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva.....	527
4.12.5.3	Titulares e destinatários.....	528
4.12.5.4	Limites da liberdade de locomoção.....	529
4.12.6	As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil.....	531
4.12.6.1	Generalidades.....	531
4.12.6.2	A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal.....	531
4.12.6.2.1	Generalidades e evolução constitucional pretérita.....	531
4.12.6.2.2	Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal.....	532
4.12.6.2.3	A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar.....	533
4.12.6.2.4	A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel.....	536
4.12.6.2.5	Liberdade de profissão.....	539
4.12.6.2.6	A liberdade de profissão na Constituição Federal.....	542
4.12.6.2.7	Liberdade de associação.....	552
4.12.6.2.8	Liberdade de reunião.....	563
4.13	Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade.....	574
4.13.1	Considerações introdutórias.....	574

4.13.2	Da igualdade formal à igualdade material.....	578
4.13.3	Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade.....	580
4.13.4	Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988.....	581
4.13.4.1	Generalidades.....	581
4.13.4.2	Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade.....	582
4.13.4.3	Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo.....	586
4.13.4.4	Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas”.....	591
4.14	Dos direitos fundamentais sociais.....	593
4.14.1	Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais.....	593
4.14.1.1	Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira.....	593
4.14.2	Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro.....	597
4.14.3	Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal.....	601
4.14.3.1	Aspectos gerais.....	601
4.14.3.2	Titulares e destinatários dos direitos sociais.....	605
4.14.3.3	O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações.....	610
4.14.3.4	O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso”.....	618
4.14.3.5	Algumas notas acerca do problema do financiamento dos direitos sociais, das “cláusulas pétreas” e as Emendas Constitucionais n. 94 e 95 de 2016.....	622
4.15	Dos direitos sociais em espécie.....	624
4.15.1	Considerações preliminares.....	624
4.15.2	O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal.....	625
4.15.3	O direito à proteção e promoção da saúde.....	630
4.15.4	O direito à alimentação.....	638
4.15.5	O direito à moradia.....	642
4.15.6	O direito à educação.....	646
4.15.7	O direito ao trabalho.....	656
4.15.8	O direito ao lazer.....	660
4.15.9	O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados.....	661
4.15.10	O direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso.....	665
4.15.11	O direito ao transporte.....	670
4.16	Nacionalidade.....	673
4.16.1	Considerações introdutórias.....	673
4.16.2	A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos.....	674

4.16.3	A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro .....	676
4.16.4	A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira.....	676
4.16.5	O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988 .....	678
4.16.5.1	Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia funda- mental.....	678
4.16.5.2	Espécies de nacionalidade .....	679
4.16.5.2.1	A nacionalidade primária: o brasileiro nato .....	679
4.16.5.2.2	A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade.....	683
4.16.5.3	Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados.....	686
4.16.5.4	Perda e reaquisição da nacionalidade brasileira .....	687
4.16.5.5	O problema da assim chamada dupla nacionalidade .....	690
4.16.5.6	Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase-nacionalidade) .....	692
4.16.5.7	O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal.....	693
4.16.5.7.1	Aspectos gerais.....	693
4.16.5.7.2	A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóte- ses de deportação, expulsão e extradição.....	694
4.16.5.8	As hipóteses de asilo e refúgio.....	698
4.16.5.8.1	O asilo.....	699
4.16.5.8.2	O refúgio.....	700
4.17	Direitos Políticos.....	702
4.17.1	Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral .....	702
4.17.2	Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais.....	704
4.17.2.1	Considerações gerais.....	704
4.17.2.2	Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional) ....	705
4.17.3	Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro.....	706
4.17.3.1	Constituições anteriores .....	706
4.17.3.2	Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988.....	707
4.17.3.2.1	Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais .....	707
4.17.3.2.2	O sufrágio e o direito de voto.....	712
4.17.3.2.3	A titularidade dos direitos políticos .....	717
4.17.3.2.4	O sufrágio passivo: condições de elegibilidade.....	719
4.17.3.2.5	Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade.....	722
4.17.3.2.6	Os casos de perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos.....	732
4.17.3.2.6.1	Considerações gerais .....	732
4.17.3.2.6.2	Perda dos direitos políticos .....	733
4.17.3.2.6.3	As hipóteses de suspensão dos direitos políticos .....	735
4.17.3.2.7	A reaquisição dos direitos políticos.....	741
4.17.3.2.8	A regra da anualidade em matéria eleitoral (art. 16 da CF) ...	741
4.18	Dos partidos políticos.....	743

4.18.1	Considerações gerais: posição e função dos partidos políticos no Estado Democrático de Direito .....	743
4.18.2	As dimensões da liberdade partidária e seus elementos estruturantes e consequências.....	747
4.18.3	Os partidos políticos no direito constitucional brasileiro pretérito.....	748
4.18.4	Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	755
4.18.4.1	Anotações preliminares.....	755
4.18.4.2	Personalidade jurídica dos partidos políticos, sua autonomia e liberdade na CF .....	756
4.18.4.3	O problema da fidelidade partidária e da correlata perda do mandato ..	758
4.18.5	A igualdade de oportunidades entre os partidos políticos.....	760
4.18.5.1	Aspectos gerais.....	760
4.18.5.2	Do financiamento dos partidos.....	762
4.18.5.3	Da propaganda eleitoral e do acesso aos meios de comunicação.....	764
5.	Direitos fundamentais processuais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i> .....	765
5.1	Direito fundamental ao processo justo .....	765
5.1.1	Introdução .....	765
5.1.2	Âmbito de proteção.....	767
5.1.3	Titularidade e destinatários .....	770
5.1.4	Eficácia .....	772
5.1.5	Conformação infraconstitucional .....	772
5.2	Direito fundamental à colaboração no processo .....	773
5.2.1	Introdução .....	773
5.2.2	Âmbito de proteção.....	776
5.3	Direito fundamental à tutela adequada e efetiva.....	777
5.3.1	Introdução .....	777
5.3.2	Âmbito de proteção.....	778
5.4	Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas .....	789
5.4.1	Introdução .....	789
5.4.2	Âmbito de proteção.....	789
5.5	Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural .....	793
5.5.1	Introdução .....	793
5.5.2	Âmbito de proteção.....	793
5.6	Direito fundamental ao contraditório .....	796
5.6.1	Introdução .....	796
5.6.2	Âmbito de proteção.....	796
5.7	Direito fundamental à ampla defesa .....	800
5.7.1	Introdução .....	800
5.7.2	Âmbito de proteção.....	800
5.8	Direito fundamental à prova.....	805
5.8.1	Introdução .....	805

5.8.2	Âmbito de proteção.....	805
5.9	Direito fundamental à publicidade.....	812
5.9.1	Introdução.....	812
5.9.2	Âmbito de proteção.....	812
5.10	Direito fundamental à motivação das decisões.....	814
5.10.1	Introdução.....	814
5.10.2	Âmbito de proteção.....	815
5.11	Direito fundamental à segurança jurídica no processo.....	820
5.11.1	Introdução.....	820
5.11.2	Âmbito de proteção.....	821
5.12	Direito à assistência jurídica integral.....	823
5.12.1	Introdução.....	823
5.12.2	Âmbito de proteção.....	825
5.13	Direito fundamental à duração razoável do processo.....	826
5.13.1	Introdução.....	826
5.13.2	Âmbito de proteção.....	827
5.14	Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?.....	830
5.14.1	Introdução.....	830
5.14.2	Âmbito de proteção.....	830
6.	Ações constitucionais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i> .....	832
6.1	<i>Habeas corpus</i> .....	832
6.1.1	Introdução.....	832
6.1.2	Âmbito de proteção.....	833
6.1.3	Titularidade.....	834
6.1.4	Conformação infraconstitucional.....	835
6.2	Mandado de segurança.....	837
6.2.1	Introdução.....	837
6.2.2	Âmbito de proteção.....	838
6.2.3	Titularidade.....	841
6.2.4	Conformação infraconstitucional.....	842
6.3	Mandado de injunção.....	843
6.3.1	Introdução.....	843
6.4	<i>Habeas data</i> .....	844
6.4.1	Introdução.....	844
6.4.2	Âmbito de proteção.....	844
6.4.3	Titularidade.....	845
6.4.4	Conformação infraconstitucional.....	845
6.5	Ação popular.....	846
6.5.1	Introdução.....	846
6.5.2	Âmbito de proteção.....	846
6.5.3	Titularidade.....	847

6.5.4	Conformação infraconstitucional .....	848
6.6	Ação civil pública .....	849
6.6.1	Introdução .....	849
6.6.2	Âmbito de proteção.....	850
6.6.3	Titularidade.....	851
6.6.4	Conformação infraconstitucional.....	852
7.	Da organização do Estado e da Repartição de Competências	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> .....	854
I –	Da organização do Estado.....	854
7.1	O Estado Federal no âmbito da teoria e prática das formas de Estado: noções gerais e introdutórias.....	854
7.2	Elementos nucleares qualificadores do Estado Federal.....	856
7.3	O Estado Federal na Constituição de 1988 .....	863
7.3.1	Breve notícia histórica – formas de Estado e a trajetória do Federalismo no direito constitucional brasileiro.....	863
7.3.2	Principais novidades: a inclusão do Município como ente federativo e o aperfeiçoamento do assim chamado “federalismo cooperativo”.....	865
7.3.3	A Federação como “cláusula pétrea” (art. 60, § 4.º, I, da CF), os assim chamados “princípios sensíveis” (art. 34, VII, da CF) e o instituto das vedações constitucionais (art. 19 da CF) .....	867
7.4	O instituto da Intervenção como garantia da integridade da Federação .....	870
7.4.1	Noções gerais.....	870
7.4.2	A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal.....	872
7.4.2.1	Pressupostos materiais e hipóteses de cabimento .....	872
7.4.2.2	Aspectos de ordem formal e procedimental.....	877
7.4.2.2.1	Iniciativa do processo interventivo.....	877
7.4.2.2.2	Competência e forma do ato interventivo.....	879
7.4.2.2.3	Amplitude, prazo, condições e consequências da intervenção .....	879
7.4.2.2.4	Do interventor e de sua responsabilidade.....	880
7.4.2.2.5	Controle político e jurisdicional da intervenção .....	882
7.4.3	A intervenção nos Municípios.....	883
II –	Da repartição de competências .....	885
7.5	Noções gerais .....	885
7.6	Das competências administrativas (materiais) dos entes federativos.....	888
7.6.1	Aspectos gerais e competências exclusivas (indelegáveis).....	888
7.6.2	Competências administrativas comuns (concorrentes) .....	890
7.7	Das competências legislativas .....	892
7.7.1	Competências legislativas privativas da União e sua delegação .....	892
7.7.2	Competências legislativas dos Estados.....	894
7.7.3	Competências legislativas dos Municípios .....	895
7.7.4	Competências legislativas do Distrito Federal.....	896
7.8	As competências legislativas concorrentes .....	896

7.8.1	Considerações gerais.....	896
7.8.2	Algumas notas sobre o (problemático e controverso) conceito de normas gerais....	898
7.8.2.1	A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal.....	899
7.8.2.2	A competência suplementar dos Municípios.....	901
7.8.2.3	Considerações de natureza crítica à luz do exemplo da proteção ambiental	903
8.	Controle de constitucionalidade	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni</i> .....	910
I –	O surgimento do controle judicial de constitucionalidade no direito comparado e a sua evolução no direito brasileiro.....	910
8.1	O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos....	910
8.1.1	Primeiras considerações.....	910
8.1.2	A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês.....	911
8.1.3	A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i> .....	913
8.1.4	Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?.....	915
8.1.5	Os significados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa	917
8.1.6	O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos poderes.....	920
8.1.7	A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes constituinte e constituído..	926
8.1.8	O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina <i>Marshall</i> .....	927
8.1.9	Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do sistema americano de controle difuso da constitucionalidade das leis.....	931
8.2	A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Europa.....	933
8.2.1	Primeiras considerações.....	933
8.2.2	O sistema austríaco de controle de constitucionalidade.....	934
8.2.3	A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão.....	936
8.2.4	Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder decidir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional.....	938
8.3	História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro.....	941
8.3.1	A Constituição Imperial.....	941
8.3.2	A Constituição de 1891.....	941
8.3.3	A Constituição de 1934.....	944
8.3.4	A Constituição de 1937.....	948
8.3.5	A Constituição de 1946.....	949
8.3.6	A Constituição de 1967/1969.....	952
8.3.7	A Constituição de 1988.....	957
II –	Formas de controle de constitucionalidade e tipos de inconstitucionalidade.....	958
8.4	Das formas de controle de constitucionalidade.....	958
8.4.1	Controle judicial e controle não judicial.....	958



8.4.1.1	Objeto do controle judicial.....	964
8.4.2	Controle preventivo e controle repressivo.....	967
8.4.3	Controle concreto e controle abstrato.....	969
8.4.4	Controle incidental e controle principal.....	972
8.4.5	Controle difuso e controle concentrado.....	973
8.5	As diversas faces da inconstitucionalidade.....	975
8.5.1	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	975
8.5.2	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão.....	984
8.5.2.1	Primeiras considerações.....	984
8.5.2.2	Inconstitucionalidade por ação.....	986
8.5.2.3	Inconstitucionalidade por omissão.....	986
8.5.2.3.1	Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	986
8.5.2.3.2	Omissão total e omissão parcial.....	990
8.5.2.3.3	Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa.....	994
8.6	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente.....	999
8.6.1	Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas.....	999
8.6.2	Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito.....	1002
8.7	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	1004
8.8	Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta.....	1006
III	– Controle difuso de constitucionalidade.....	1008
8.9	A questão constitucional no processo comum.....	1008
8.10	A decisão no controle incidental.....	1009
8.11	A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade.....	1009
8.12	Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental.....	1010
8.13	O controle de constitucionalidade de ofício.....	1013
8.14	Da inexistência de preclusão.....	1017
8.15	Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ.....	1017
8.15.1	A exigência de <i>quorum</i> qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional.....	1017
8.15.2	A Súmula Vinculante 10.....	1018
8.15.3	Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial.....	1020
8.15.4	Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade.....	1021
8.15.5	Questão constitucional já decidida pelo STF.....	1022
8.15.6	Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial.....	1023
8.15.7	Declaração de inconstitucionalidade no STJ.....	1024
8.15.8	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais.....	1026
8.15.8.1	Procedimento prévio perante o órgão fracionário.....	1026

8.44.3	Coisa julgada e segurança jurídica.....	1210
8.44.4	Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada.....	1211
8.44.5	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: Da retroatividade à tutela da observância das decisões e dos precedentes constitucionais.....	1212
8.44.6	Da ação rescisória fundada em “violação literal de lei” (art. 485, V, do CPC/73) à ação rescisória baseada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, do CPC/2015)..	1214
8.44.7	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional.....	1217
8.44.8	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada.....	1227
8.44.9	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015.....	1227
8.44.10	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material.....	1229
8.44.11	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional.....	1232
8.44.12	Modulação de efeitos e coisa julgada.....	1233
VII	– Técnicas de decisão.....	1236
8.45	Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos.....	1236
8.46	Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial..	1240
8.47	Inconstitucionalidade por arrastamento.....	1241
8.48	Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade.....	1242
8.49	Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos.....	1243
8.50	Norma em trânsito para a inconstitucionalidade.....	1244
8.51	Interpretação conforme à Constituição.....	1247
8.52	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto.....	1249
VIII	– Mandado de injunção.....	1250
8.53	Primeiras considerações.....	1250
8.54	História do mandado de injunção no STF.....	1252
8.55	Escopo do mandado de injunção.....	1261
8.56	Natureza mandamental?.....	1263
8.57	Legitimidade.....	1266
8.58	Medida liminar.....	1268
8.59	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção.....	1271
8.59.1	Dever de legislar.....	1271
8.59.2	Mora do legislador.....	1273
8.59.3	Norma insuficiente e omissão parcial.....	1275
8.59.4	Norma não autoaplicável.....	1276
8.59.5	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei.....	1277
8.60	Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo.....	1279

8.61	Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada .....	1279
8.62	Retroatividade apenas para beneficiar.....	1280
8.63	Eficácia “natural” da coisa julgada .....	1280
8.64	Eficácia dos precedentes.....	1281
8.65	O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto .....	1282
IX – Ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....		1286
8.62	Primeiras considerações .....	1286
8.63	Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	1288
8.64	Objeto da omissão inconstitucional.....	1289
8.65	Legitimidade .....	1290
8.66	Procedimento .....	1294
8.67	Omissão parcial de inconstitucionalidade.....	1300
8.68	Medida liminar .....	1302
8.69	Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica.....	1305
8.70	Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Res- ponsabilidade do Estado por omissão inconstitucional .....	1307
X – Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....		1315
8.71	Primeiras considerações .....	1315
8.72	Modalidades .....	1316
8.73	Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1317
8.73.1	Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz... ..	1317
8.73.2	Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato nor- mativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição .....	1319
8.74	Legitimidade.....	1320
8.75	Parâmetro de controle.....	1322
8.76	Objeto .....	1324
8.76.1	Introdução .....	1324
8.76.2	Atos do Poder Público .....	1325
8.76.3	Direito pré-constitucional.....	1325
8.76.4	Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal.....	1327
8.76.5	Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual .....	1329
8.76.6	Controle de ato legislativo em fase de formação .....	1329
8.76.7	Norma de caráter secundário .....	1332
8.76.8	Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1334
8.76.9	A questão da omissão parcial.....	1337
8.77	Procedimento .....	1339
8.78	Medida liminar .....	1342
8.79	Decisão e efeitos .....	1344
XI – Representação interventiva .....		1345
8.80	Introdução.....	1345

8.81	Legitimidade .....	1347
8.82	Objeto .....	1349
8.83	Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção..	1351
8.84	Procedimento .....	1352
8.85	Medida liminar .....	1354
8.86	Decisão e efeitos .....	1355
XII	– Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal .....	1356
8.87	Primeiras considerações .....	1356
8.88	Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade .....	1357
8.89	Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça.....	1362
8.90	Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário .....	1363
8.91	Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros.....	1364
8.92	Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros .....	1365
8.93	Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual.....	1366
XIII	– Controle de convencionalidade .....	1368
8.94	Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos....	1368
8.95	Significado de supralegalidade dos tratados internacionais.....	1373
8.96	Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro .....	1374
8.97	Controle de supraconstitucionalidade.....	1375
8.98	O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	1377
8.99	Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana .....	1383
8.100	Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	1383
	<i>Referências bibliográficas</i> .....	1387
	<i>Outras obras dos autores</i> .....	1467
	Ingo Wolfgang Sarlet .....	1467
	Luiz Guilherme Marinoni .....	1467
	Daniel Mitidiero.....	1469